

DIÁLOGOS REGIONAIS SOBRE O EL NIÑO

2026/2027 - FORTALEZA/CE

1. IDENTIFICAÇÃO E CONTEXTO

Data: 27 de agosto de 2026, quinta-feira. **Horário:** 14h às 18h.

Local: Auditório da Escola do SUAS em Fortaleza/CE.

Organização e Condução: Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), por meio da Secretaria Nacional de Diálogos Sociais, com apoio da Secretaria Nacional de Participação Social.

Objetivo: Promover a escuta territorial e fortalecer o controle social das ações governamentais, integrando representações do governo federal e da sociedade civil na preparação e mitigação dos impactos climáticos decorrentes do fenômeno El Niño previsto para 2026/2027 e das mudanças climáticas.

Público participante: 120 pessoas

Instituições governamentais presentes: Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (CEMADEN/MCTI), Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Ministério da Igualdade Racial (MIR), Ministério das Cidades (MCid), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, por meio da Superintendência estadual do IBAMA, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR). Estiveram presentes ainda representantes de órgãos públicos estaduais e municipais de agricultura e defesa civil.

Organizações da Sociedade Civil Presentes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Marcha Mundial das Mulheres, Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Associação Bom Viver PCD, Conselho de Defesa dos Bens Comuns, Movimentos das Populações de Periferia, Movimento LGBTQIAPN+;

2. ABERTURA E DIAGNÓSTICO TÉCNICO

A facilitação e a condução metodológica do encontro foram executadas por Ramon Jung e Marcelo Fragozo, representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), que apresentaram a dinâmica participativa e enfatizaram a relevância do controle social na formulação de respostas governamentais aos eventos climáticos extremos.

O Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República fez a abertura do evento ressaltando o caráter inovador e providente das ações de preparação federal que antecipa aporte superior a R\$ 1bilhão com esse foco. Assim como o papel fundamental do diálogo social para a transparência e difusão de informações científicas, técnicas e de políticas públicas. Também destaca a relevância do diálogo com as organizações da sociedade civil e movimentos sociais para compreensão e aperfeiçoamento de ações pelo mapeamento dos maiores riscos identificados por quem atua nos territórios. Fundamental também, em cenários de emergência, o papel das organizações por meio de ações de solidariedade e de parceria com o poder público para resposta e recuperação.

Foi destaque ainda as ações de preparação do Ministério da Saúde com a expansão das bases da Força Nacional do SUS, com a previsão de estabelecimento de uma em Fortaleza assim como as Salas de Monitoramento Saúde e Clima.

A exposição técnica do diagnóstico científico foi proferida por Christopher Cunningham, representante do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN/MCTI). A apresentação detalhou os cenários probabilísticos e os modelos de impacto do fenômeno El Niño para a Região Nordeste, concentrando-se nas vulnerabilidades específicas do estado do Ceará.

Alertas Climáticos: O diagnóstico do CEMADEN projeta uma severa irregularidade na distribuição das precipitações pluviométricas. Destaca-se a iminência de estiagem prolongada e seca intensa na região semiárida do interior (sertão cearense), paralelamente ao risco elevado de episódios de chuvas concentradas e tempestades na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), capazes de deflagrar alagamentos, enxurradas e inundações urbanas severas.

3. GOVERNO FEDERAL: ENFRENTAMENTO AO FENÔMENO

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)

- Apresentação realizada por Laís Mendes focada no fortalecimento da proteção social por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- Sistematização e uso estratégico do Cadastro Único para identificação e georreferenciamento de populações expostas a riscos socioambientais.
- Protocolos especiais de resposta a emergências e estados de calamidade pública, permitindo a antecipação e a descompatibilização do calendário de pagamentos do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Bolsa Família.

- Execução de programas de fomento rural produtivo e ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
- Possibilidade de Ações de Distribuição de Alimento (ADA), conforme normativos vigente sob demanda dos entes públicos locais
- Suporte financeiro, operacional e logístico contínuo para a consolidação e abastecimento da rede de cozinhas solidárias nos territórios periféricos e rurais.

Ministério da Igualdade Racial (MIR)

- Exposição conduzida por Maiara Dourado detalhando as diretrizes do Plano Clima com foco transversal na igualdade racial.
- Atuação do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Racismo Ambiental, instância paritária criada para monitorar e combater a incidência desproporcional dos desastres climáticos sobre comunidades quilombolas, povos de terreiro, populações negras e tradicionais.

Secretaria Nacional de Periferias / Ministério das Cidades

- Sintetizada por Sâmia Suleiman, destacando a implementação dos Planos Comunitários de Redução de Riscos (PCRAs) articulados à participação direta dos moradores.
- Alocação de investimentos em obras habitacionais, contenção de encostas e drenagem urbana em favelas e periferias vulneráveis do Ceará, com centralidade nas comunidades de Cachoeira Dourada (Grotão), Serviluz, Jangurussu e Pirambu.

IBAMA-CE

- Apresentação promovida por Carlos Alexandre Alencar abordando as estratégias do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo).
- Operacionalização da base estratégica do Prevfogo em Quixeramobim, composta por cerca de 40 brigadistas especializados no combate a queimadas no semiárido e com capacidade de mobilização nacional.
- Manutenção do rigor técnico no licenciamento ambiental e ações focadas no monitoramento da erosão costeira e avanço da linha de maré, com atenção prioritária aos municípios de Icapuí e Icaraí.

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)

- Exposição detalhada por Natana sobre as medidas preventivas do governo federal para assegurar a sustentabilidade da agricultura familiar.

- Execução de uma Medida Provisória prevendo R\$ 924 milhões em créditos extraordinários, alocando R\$ 850 milhões para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) na formação de estoques públicos estratégicos de milho, feijão e mandioca, e R\$ 75,2 milhões destinados a ações de segurança alimentar e nutricional sob gestão do MDS.
- Disponibilização de linhas de crédito rural preventivo (PRONAF via Banco do Nordeste - BNB) para mitigação de perdas produtivas e combate à inflação alimentar.

Secretaria-Geral da Presidência da República e Casa Civil

- Registro conduzido por Marcelo Fragozo detalhando o funcionamento da Sala de Situação Interministerial, composta por 24 órgãos e instituições públicas federais sob a coordenação da Casa Civil e os esforços de articulação e integração federal nas ações de preparação e resposta à emergências.

4. PERSPECTIVAS DA SOCIEDADE CIVIL

- **Insegurança Hídrica e Racismo Ambiental:** Denúncias profundas quanto à distribuição desigual da água. Enquanto populações periféricas e comunidades rurais sofrem com o esvaziamento dos açudes e o desabastecimento básico no sertão, grandes empreendimentos desfrutam de vazões outorgadas massivas, evidenciando a sobreposição do racismo ambiental sobre os territórios vulnerabilizados.
- **Impactos dos Grandes Empreendimentos e Transição Energética Corporativa:** Alerta trazido pelos povos do mar, pescadores e agricultores sobre o avanço do complexo industrial do Porto do Pecém — cuja demanda hídrica consome cerca de 189 caminhões-pipa de água por minuto —, além das ameaças decorrentes da expansão de usinas eólicas *offshore*, parques solares, projetos de mineração de urânio em Santa Quitéria e a instalação desordenada de *data centers*. Denunciou-se também a atuação irregular da concessionária Enel na comunidade da Cachoeira Dourada/Grotão, onde linhas de alta tensão estão sendo implantadas sobre moradias em área alagável, sem consulta prévia e ampliando os riscos de desastres.
- **Barreiras Burocráticas:** Crítica à exigência de regularização jurídica via CNPJ para que coletivos e organizações comunitárias de base possam acessar editais federais, fundos de emergência e recursos de fomento, atuando como um filtro excludente para quem realiza o atendimento emergencial na ponta.

- **Inclusão e Proteção de Grupos Vulnerabilizados:** Exigência de inclusão mandatória de Pessoas com Deficiência (PCDs), mulheres, idosos, populações LGBTQIA+ e povos de terreiro em todas as etapas dos planos territoriais de evacuação e contingência. Reivindicou-se a incorporação da **Política de Cuidados** e da atenção à **saúde mental** das populações afetadas, bem como a formulação de diretrizes específicas de **proteção e bem-estar animal** (animais domésticos e de produção) durante secas severas e incêndios florestais.

5. DIÁLOGO EM GRUPOS TRAZ AS URGÊNCIAS DO TERRITÓRIO CEARENSE (RECOMENDAÇÕES PRIORITÁRIAS)

Eixo 1: Garantir Segurança Hídrica e Infraestrutura

1. Executar manutenção preventiva, desassoreamento e obras de recuperação estrutural nos açudes estratégicos do estado, com prioridade para os reservatórios Flor do Campo e Realejo.
2. Promover a construção, ampliação e integração de cisternas de consumo e de produção agrícola associadas ao Programa Minha Casa, Minha Vida - Rural.
3. Assegurar a proteção rigorosa dos lençóis freáticos e aquíferos estaduais contra contaminações e extrações predatórias de grandes empreendimentos.
4. Implementar o reordenamento e a limitação de outorgas de uso industrial de água (como no complexo do Porto do Pecém e em *data centers*), garantindo a prioridade absoluta da água para o consumo humano e a dessedentação animal da agricultura familiar.

Eixo 2: Segurança Alimentar e Agroecologia

1. Ampliar o orçamento descentralizado e o alcance social do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), desburocratizando as modalidades de compra direta e doação simultânea.
2. Estruturar e financiar redes comunitárias territoriais de conservação, reprodução e salvaguarda dos bancos de sementes crioulas e nativas.
3. Estimular o fomento a quintais produtivos e a difusão de tecnologias sociais agroecológicas, fortalecendo projetos como os "Sisteminhas".
4. Criar e regulamentar linhas acessíveis de PRONAF Urbano voltadas ao financiamento e estruturação de hortas comunitárias e experiências de agricultura periférica.

Eixo 3: Planejamento Urbano e Habitação

1. Acelerar a regularização fundiária e a titulação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), em articulação direta entre o Governo Federal, movimentos sociais e o Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLAN).
2. Executar obras de infraestrutura verde, micro e macrodrenagem urbana e esgotamento sanitário em favelas e áreas suscetíveis a alagamentos recorrentes.
3. Desenvolver planos municipais e comunitários de combate às ilhas de calor urbanas, promovendo reformas habitacionais para adequação bioclimática e ventilação adequada de moradias periféricas.

Eixo 4: Proteção e Inclusão Social

1. Elaborar e publicar planos de contingência territorializados plenamente acessíveis para Pessoas com Deficiência (PCDs), garantindo recursos adaptados para resgate e abrigo.
2. Garantir aporte financeiro, logístico e contínuo para o fortalecimento da rede de cozinhas solidárias operantes nos territórios urbanos e rurais.
3. Incorporar de forma obrigatória as diretrizes de combate ao racismo ambiental e a inserção da Política de Cuidados no atendimento a populações afetadas por emergências climáticas.

Eixo 5: Comunicação de Risco e Saúde de Base

1. Instituir programas permanentes de educação ambiental popular e comunicação de risco em linguagem acessível e comunitária.
2. Reorganizar, abastecer e fortalecer as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) para atendimento emergencial físico e psicológico decorrente das crises climáticas.
3. Estruturar, reformar e credenciar escolas públicas comunitárias para funcionarem como pontos oficiais de resgate, acolhimento humanitário e apoio logístico em cenários de desastre.
4. Ampliar a divulgação e facilitar o acesso da população aos canais oficiais de alerta e denúncia, destacando a plataforma Fala BR e a linha direta e gratuita da Defesa Civil Municipal de Fortaleza via telefone/SMS **40199**.

6. SÍNTESE GERAL

O encontro presencial realizado na Etapa Fortaleza/CE consolidou um diagnóstico preciso sobre as contradições e os desafios impostos pela crise climática no estado do Ceará. A análise integrada entre as projeções técnico-científicas do CEMADEN e o conhecimento empírico das lideranças comunitárias demonstrou que o fenômeno El

Niño 2026/2027 afeta o território cearense de forma assimétrica e complexa: impõe estiagem severa e escassez hídrica no sertão, ao mesmo tempo em que potencializa episódios de chuvas extremas, inundações periféricas e erosão costeira nas áreas urbanas e no litoral.

As intervenções da plenária e os trabalhos dos grupos convergiram na exigência de que o poder público supere definitivamente a lógica da gestão de crises baseada unicamente em respostas emergenciais e paliativas. A resiliência territorial exige a transição para um modelo de adaptação climática permanente, territorializado e dotado de rubricas orçamentárias garantidas, capaz de financiar obras estruturantes de drenagem, titulação de ZEIS, reordenamento de outorgas hídricas industriais e o fortalecimento da agricultura familiar sustentável.

Por fim, reafirmou-se que a justiça socioambiental e o combate intransigente ao racismo ambiental constituem pilares inegociáveis para qualquer estratégia governamental de mitigação de desastres. A proteção efetiva das populações mais vulneráveis — do interior, da costa e das periferias urbanas — só será alcançada mediante a consolidação de espaços deliberativos de controle social, nos quais as comunidades de base atuem como coautoras e fiscalizadoras das políticas públicas de enfrentamento à emergência climática.

7. COMUNICAÇÃO / COBERTURA DA IMPRENSA

Informações contidas no Clipping da ASCOM.